

O CONSELHO CONSULTIVO DO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO: ANTIGAS POLÊMICAS E NOVAS PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE TEATRO

ANGÉLICA RICCI CAMARGO *

Resumo: Este artigo analisa a criação e os primeiros anos da trajetória do Conselho Consultivo do Serviço Nacional de Teatro (SNT) durante a administração do crítico, diretor e dramaturgo Aldo Calvet, entre 1951 e 1954. O Conselho Consultivo reuniu representantes de entidades de classe e tinha como principal finalidade deliberar sobre os auxílios concedidos pelo Serviço Nacional de Teatro a companhias e grupos teatrais. Com isso, o órgão passou a dialogar mais diretamente com o setor teatral, em um processo que foi permeado por disputas entre projetos artísticos e pela busca por maior espaço de representação na esfera oficial.

Palavras-chave: Teatro Brasileiro, Serviço Nacional de Teatro, Conselho Consultivo de Teatro.

Abstract: The objective of this paper is to study the creation and the beginning of the trajectory of the Advisory Council of the National Theatrical Service during administration of the critic, director and playwright Aldo Calvet, between 1951 and 1954. The Advisory Council of Theatre was established with the main purpose of deciding on aid to companies and theatre groups and brought together representatives of professional associations. Thus, the National Theatrical Service went on to talk more directly with the theatrical industry, in a process that was permeated by disputes between artistic projects for the Brazilian theatre and by the space of representation in the official sphere.

Keywords: Brazilian theatre, National Theatrical Service, Advisory Council of Theatre

Artigo recebido em 9 de Fevereiro de 2014 e aprovado para publicação em 12 de Julho de 2014.
Trabalho apresentado na mesa *Diplomacia, cultura e desenvolvimento entre Vargas e o Governo Militar*.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Pesquisadora do Programa Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa), do Arquivo Nacional. Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento sobre o Serviço Nacional de Teatro. E-mail: angelicaricci@gmail.com

Criado pelo decreto-lei n. 92, de 21 de dezembro de 1937, o Serviço Nacional de Teatro (SNT) teve como primeiro diretor o dramaturgo e crítico teatral Alexandre Abadie Faria Rosa, entre os anos de 1938 e 1945. Sua gestão foi marcada por inúmeras críticas e polêmicas advindas da principal atividade realizada pelo órgão: a subvenção de companhias e grupos teatrais.

Após Abadie Faria Rosa, outros diretores assumiram provisoriamente o SNT ainda no governo de Getúlio Vargas, até a nomeação do educador Carlos Alberto Nóbrega da Cunha em 1946, substituído, em 1948, pelo professor de literatura e escritor Thiers Martins Moreira no governo de Eurico Gaspar Dutra.

Uma breve pesquisa na documentação referente ao SNT e nos jornais da época revela que nessas duas administrações o órgão manteve, praticamente, as linhas seguidas nos primeiros anos de sua existência, com destaque para a criação da revista *Dionysos* e para a regulamentação da distribuição de auxílios realizadas na gestão de Thiers Martins Moreira. Continuidade que foi rompida com Aldo Calvet, que ocupou o cargo de diretor entre 1951 e 1954, no contexto do segundo governo de Getúlio Vargas.

Indicado para o cargo por parte do setor teatral, o crítico, diretor e dramaturgo Aldo Calvet foi responsável por uma diversificação nas orientações de ação do SNT. Uma de suas principais realizações foi a criação do Conselho Consultivo de Teatro, formado por representantes das organizações de classe e destinado a deliberar sobre a concessão de auxílios. Além disso, Aldo Calvet estabeleceu uma Comissão de Teatro Infantil e uma Comissão de Teatro de Amadores, transformou o Curso Prático de Teatro, criado em 1939, em Conservatório Nacional de Teatro, instalou delegacias do SNT nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte e instituiu a segunda companhia oficial da história do órgão, a Companhia Dramática Nacional.

Este artigo propõe-se a examinar o contexto teatral e político da administração de Aldo Calvet à frente do SNT, para destacar a abertura do órgão à participação do setor teatral por meio do Conselho Consultivo, atentando para os diálogos e para os conflitos resultantes dessa iniciativa.

Um breve panorama do teatro brasileiro nas décadas de 1940 e 1950

As décadas de 1940 e 1950 são tratadas, pela historiografia, como o momento da modernização do teatro brasileiro. Modernização compreendida como atualização dos procedimentos cênicos, técnicos e artísticos, pautada por modelos estrangeiros, e que

envolveu a dramaturgia, mas, principalmente, o advento da encenação conduzida por um diretor¹.

Algumas experiências consideradas modernas podem ser observadas em espetáculos realizados no final da década de 1930 e início da década seguinte por conjuntos amadores como Os Comediantes e o Teatro do Estudante do Brasil (TEB), no Rio de Janeiro, e o Grupo de Teatro Experimental (GTE) e o Grupo Universitário de Teatro (GUT), em São Paulo.

No final dos anos 1940 essas ideias alcançaram o terreno profissional, com a formação do Teatro Popular de Arte (TPA), e, especialmente, do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), empreendimento da burguesia paulista que visava levar à cena um teatro mais “elevado” a partir da utilização textos consagrados do repertório internacional e a contratação de encenadores estrangeiros para dirigi-los.

Em 1948 foi criada, em São Paulo, a Escola de Arte Dramática (EAD), que representou um importante esforço de educação do intérprete teatral, que acabou por servir como base de apoio para o desenvolvimento do teatro brasileiro moderno (SILVA, 1989: 6). Entre seus professores, figuravam críticos, atores e diretores como Décio de Almeida Prado, Sábato Magaldi, Guilherme de Almeida, Chinita Ulmann, Ruggero Jacobbi e Cacilda Becker.

Ao lado dessas experiências modernas, o tradicional teatro de comédia ainda estava em pleno vigor e era predominante, tanto na forma declamada como na musicada. Nomes como Procópio Ferreira, Jayme Costa, Alda Garrido e Eva Todor encabeçavam companhias que faziam grande sucesso de público com fórmulas garantidas e, por vezes, iniciativas mais ousadas.

No âmbito da crítica teatral, verificou-se, também, um impulso modernizador, que a levou a se distanciar do noticiário, próximo à crônica social, para contribuir com a formação de uma consciência teatral crítica, a partir da análise mais detida sobre a qualidade dos espetáculos, a coerência na encenação e na interpretação e a consistência dramaturgica (BERNSTEIN, 2005: 95; 108). No entanto, a maioria dos críticos teatrais ainda se orientava por princípios vigentes desde o final do século XIX, como a atenção à reação do público, a observação se a peça era “bem feita”, a avaliação dos atores e da eficiência dos cenários, a apreciação sobre a realização do espetáculo pelo empresário, a preservação do decoro e a defesa de uma hierarquia entre os gêneros dramáticos (SUSSEKIND, 2002: 61).

¹ Existe uma vasta bibliografia sobre o tema da modernização teatral no Brasil. Para um balanço historiográfico ver MOSTAÇO, 2006:185-186.

Fora de cena, permaneciam precárias as condições de trabalho, e as dificuldades foram agravadas pela falta de casas de espetáculos e pela perda gradativa de público resultante do avanço do cinema e do surgimento de outras formas de diversões públicas, que impunham aos artistas uma rotina de muitos trabalhos e a necessidade de constantes excursões.

Todas essas questões certamente influíram para que as organizações existentes, como o Sindicato dos Atores Teatrais, Cenógrafos e Cenotécnicos, criado como Casa dos Artistas em 1918, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) de 1917, a Associação Brasileira de Críticos Teatrais (ABCT) de 1937 e o Sindicato dos Atores Teatrais, Cenógrafos e Cenotécnicos de São Paulo de 1934 atuassem politicamente a favor do teatro brasileiro.

Para essas entidades, a intervenção dos poderes públicos na área era um objeto importante de reivindicação. O assunto aparecia com frequência, desde o início do século XX, nas colunas teatrais dos jornais. Entre as propostas existentes, havia a da criação de um órgão destinado a cuidar dos interesses do teatro, a da instalação de uma escola para a formação de atores, a da fundação de uma companhia oficial, a da construção de casas de espetáculos e a da defesa dos direitos de atores e autores.

Na prática, houve tentativas de articulação com os meios políticos e vários projetos foram encaminhados para a Câmara dos Deputados ao longo dos anos. O mais bem sucedido, idealizado pela SBAT e apresentado pelo então deputado Getúlio Vargas, foi aprovado e transformado no decreto n. 5.492 de 1928, que dispôs sobre a organização das empresas teatrais e regulamentou a profissão de artista e os direitos autorais.

A chegada de Getúlio Vargas à presidência da República dois anos depois provocou uma maior movimentação da classe teatral, com o fim de conquistar um amparo definitivo para a área. Em 1936, após a reunião com membros da Casa dos Artistas, Getúlio Vargas determinou a instituição da Comissão de Teatro Nacional. Em 1937, a Comissão foi extinta para dar lugar ao Serviço Nacional de Teatro.

Mesmo com a criação de órgãos específicos para tratar dos assuntos relacionados ao teatro, o tema da proteção governamental continuou na pauta dos debates do setor nos anos seguintes. Em 1951, ele foi retomado em várias discussões ocorridas no Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro.

O Congresso, idealizado pela ABCT, foi realizado no Rio de Janeiro e reuniu cerca de duzentas pessoas vindas de várias partes do país e vinculadas às companhias, instituições, entidades e grupos amadores. Entre as teses apresentadas apareceram propostas de criação de estruturas governamentais destinadas direta ou indiretamente ao teatro. A ideia

mais ambiciosa foi a da criação do Ministério das Belas Artes, que seria uma espécie de Ministério da Cultura, somente estabelecido no Brasil décadas depois. Outras sugestões foram a criação do Conservatório Nacional de Teatro, proposta por Tomás Santa Rosa Júnior e José Carlos Lisboa, e a fundação de uma companhia oficial, a Companhia Dramática Nacional, defendida pelo dramaturgo Henrique Pongetti (PRIMEIRO..., 1951).

Além desses assuntos, foram bastante debatidos os pontos relacionados à reforma da regulamentação profissional, à instituição de uma previdência social para os trabalhadores teatrais, à normatização do trabalho infantil no teatro e à necessidade de uma organização de empresários voltada para cobrança da idoneidade das empresas. Outra ideia importante foi a de unificar a classe teatral sob a forma de uma Comissão Permanente de Teatro, com atribuições de manter as entidades reunidas para tratar dos interesses do meio e organizar o Segundo Congresso Brasileiro de Teatro.

Em 1952, outro evento reuniu o setor, a Conferência Nacional sobre o Teatro e a Juventude, promovida pelo Centro do Brasil do Instituto Internacional de Teatro, fundado em 1948. O objetivo do encontro foi examinar as resoluções da Conferência Internacional, ocorrida em Paris no mesmo ano, e entre as suas conclusões houve a recomendação de que os poderes públicos estimulassem a prática de jogos dramáticos ou exercícios teatrais nos estabelecimentos educacionais como processo auxiliar de execução do programa de ensino. Outra sugestão foi a de que o SNT subvencionasse companhias que apresentassem peças de teatro infantil (GONÇALVES, 1979: 324-326).

No ano seguinte, foi a vez da capital paulista receber o Segundo Congresso Brasileiro de Teatro, promovido pela seção da ABCT daquele estado. O evento contou com um número menor de participantes em relação aquele realizado no Rio de Janeiro, mas as discussões contemplaram praticamente os mesmos temas que figuraram no Primeiro Congresso.

A partir deste breve quadro, observa-se que o início dos anos 1950 foi marcado por transformações e grandes movimentos da classe teatral, que se reuniu com a finalidade de discutir os velhos problemas que a afligiam, e que não foram resolvidos pelo SNT, e de apresentar novas ideias para o desenvolvimento do teatro brasileiro.

Assinala-se, ainda, a criação de novas entidades, como o Centro do Brasil do Instituto Internacional de Teatro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Associação Brasileira de Empresários Teatrais (ABET), a Associação Brasileira Proprietários de Circo e Empresários de Diversões e a seção paulista da

ABCT, que funcionavam como núcleos para a formação de redes entre os diferentes grupos que compunham o setor teatral da época e como espaço para debates sobre o teatro brasileiro.

O SNT na administração de Aldo Calvet: uma análise do Conselho Consultivo de Teatro

O SNT foi criado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), momento em que o Estado brasileiro empreendeu um aumento significativo de sua intervenção nos campos social e econômico, e em outros que até então não eram definidos como domínios de ação governamental, como a esfera cultural.

Assim, durante esses quinze anos foram instalados órgãos destinados a áreas específicas da cultura, para os quais foram convocados intelectuais e artistas ligados a vários grupos e com diferentes vínculos políticos. A maior parte desses órgãos ficava sob o âmbito de atuação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e foi criada durante a gestão de Gustavo Capanema, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), o Instituto Nacional do Livro, a Comissão de Teatro Nacional e o Serviço Nacional de Teatro².

O SNT foi estabelecido com finalidades que visavam contornar os problemas materiais e aprimorar artisticamente o teatro brasileiro. Suas competências abrangiam o estímulo à construção de casas de espetáculos, o amparo a companhias de teatro, o incentivo ao teatro infantil e o favorecimento da produção dramaturgica.

Para o trabalho no novo órgão foram chamados alguns elementos do meio teatral. Seu primeiro diretor foi o dramaturgo e crítico teatral, ex-presidente da SBAT, Abadie Faria Rosa. Outros funcionários do SNT nesse período inicial foram os dramaturgos Gastão Tojeiro e José Guimarães Wanderley e o teatrólogo Otávio Rangel.

Em sua administração, Abadie Faria Rosa foi responsável pela criação de um Curso Prático de Teatro e de uma companhia oficial, a Comédia Brasileira. Mas a principal atividade empreendida foi a concessão de subvenções para companhias teatrais e grupos amadores. Auxílios que foram objetos de uma concorrência aberta por um edital em 1939, e que, nos anos posteriores, refletiram as preferências e as relações pessoais entre os dirigentes governamentais, incluindo o próprio presidente da República, com alguns artistas e empresários (CAMARGO, 2011: 157-174).

² Para uma discussão aprofundada do contexto político de criação desses órgãos ver SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000.

Ao privilegiar essa atividade, várias questões que teriam um impacto maior na estrutura do campo teatral, foram deixadas de lado ou assumiram pouca importância. Essa situação gerou várias polêmicas e inúmeras críticas foram apresentadas condenando as ações realizadas pelo Serviço e propondo uma reformulação de suas diretrizes.

Nessa direção, as três maiores entidades de classe do Rio de Janeiro da época, Casa dos Artistas, SBAT e ABCT, chegaram a se unificar em uma Comissão Permanente de Teatro a fim de garantir uma resposta para os seus apelos. Resposta que foi dada em setembro de 1945, quando Getúlio Vargas acenou com a possibilidade de promover uma mudança mais substancial na política do governo em relação ao teatro a partir da sanção de três decretos-leis que tinham a finalidade de contornar os obstáculos que atingiam mais profundamente o meio teatral: a falta de casas de espetáculos, os altos impostos e taxas que incidiam sobre o teatro, e a necessidade de um curso integrante da estrutura do ensino superior do país (IDEM:187-189).

Com a deposição de Vargas no mês seguinte, os três atos ficaram sem regulamentação. E não foram realizadas grandes transformações no SNT durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, panorama que se modifica após a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de outubro de 1950 e a nomeação de Aldo Calvet a pedido de parte da classe teatral.

Uma das grandes preocupações deste segundo governo de Getúlio Vargas foi a promoção de uma política econômica de tendência nacionalista que tentou conciliar as demandas populares com as exigências de aceleração do crescimento econômico. Desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo caracterizaram esse governo, também marcado por tensões políticas, pelo crescimento das taxas inflacionárias e pela defesa de alguns pontos sociais centrais, como a melhoria das condições de vida dos brasileiros, refletidas no aumento do salário mínimo e na extensão da legislação social ao campo (D'ARAÚJO, 1992: 102).

A questão cultural tão presente em seu primeiro governo, que resultou no estabelecimento de vários órgãos como visto acima, não recebeu grandes investimentos nesse novo momento. A cultura ganhou certo destaque com a transformação do Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1953. Na prática, verificou-se a vigência dos órgãos instalados anteriormente e a criação de poucas instituições, como a Comissão Nacional de Belas Artes. Mesmo assim, alguns estudos apontam para uma necessidade de reavaliar esse período que, embora não possa ser comparado aos quinze anos do primeiro governo Vargas, também expressou a preocupação dos poderes públicos pelas artes. No caso do cinema, cabe lembrar a encomenda, feita por Getúlio Vargas ao cineasta

Alberto Cavalcanti, de um plano de criação de um órgão, o Instituto Nacional de Cinema, que contemplaria algumas demandas do setor cinematográfico em benefício do cinema nacional, mas que não conseguiu ser concretizado naquele momento (SIMIS, 2008: 32).

Em relação ao teatro, uma das primeiras ações foi a nomeação de Aldo Calvet. Nascido em São Luís, estado do Maranhão, em 1911, Calvet iniciou sua carreira nos anos 1930, como ator e jornalista, escrevendo a crítica literária e teatral nos jornais *Folha do Povo*, *O Combate*, *A Tarde*, *Notícias* e *Diário do Norte*. Mudou-se para o Rio de Janeiro no final dessa década. Como crítico, trabalhou na *Folha Carioca* entre 1945 e 1953 e logo se tornou sócio da ABCT. Além da crítica, escreveu várias peças, dirigiu espetáculos e foi chefe de publicidade de várias companhias (ALDO CALVET, s.d.). Em 1945, foi admitido como inspetor do SNT pela portaria n. 10, de 12 de dezembro.

Na carta enviada ao presidente da República solicitando sua nomeação, os representantes do setor teatral enfatizaram a complexidade do problema material e cultural do teatro brasileiro e a necessidade de um diretor que conhecesse a situação dos profissionais teatrais (CARTA..., 1951).

Dentre as cerca de mil assinaturas aparecem nomes como os dos atores Procópio Ferreira, Grande Otelo, Oscarito, Dercy Gonçalves, e dos dramaturgos Nelson Rodrigues, Silveira Sampaio, entre outros. Observa-se, portanto, que Aldo Calvet possuía um considerável capital social, advindo especialmente de sua atividade na crítica teatral, que conseguiu mobilizar para alcançar um lugar de destaque dentro do setor e na esfera governamental. Além disso, sua experiência como ator e autor e o fato de ser funcionário do SNT certamente contribuíram para que ele fosse reconhecido pelos seus pares por seu conhecimento sobre o teatro e as condições de trabalho daqueles que se dedicavam à arte teatral.

Aldo Calvet foi nomeado em 21 de fevereiro de 1951. Em seu discurso de posse, assumiu o compromisso de trabalhar pela causa do teatro, “servindo o Governo no seu nobre propósito de amparo à classe dos trabalhadores cênicos, e à cultura teatral do país” (A POSSE..., 1952: 81). Falou dos problemas relacionados ao teatro e afirmou que o papel desempenhado pelo SNT em seus treze anos de existência em nada contribuiu para a elevação do teatro brasileiro.

Uma de suas primeiras ações foi a proposta de criação de um Conselho Consultivo de Teatro, concretizada pela portaria n. 538 de 9 de abril de 1951. De acordo com esta portaria, ao Conselho Consultivo competia organizar o plano de concessão de auxílios financeiros às companhias, aos grupos e entidades teatrais, e opinar sobre os assuntos

concernentes ao movimento teatral do país. Para isso, seria composto por sete membros: o diretor e um funcionário do SNT e representantes do Sindicato dos Atores Teatrais do Rio de Janeiro (Casa dos Artistas), da ABCT, da SBAT, da Associação Brasileira Proprietários de Circo e Empresários de Diversões e dos empresários teatrais.

Essa medida institucionalizou a participação da classe na estrutura administrativa do SNT. Por outro lado, a partir do estabelecimento do Conselho, Aldo Calvet também reforçou seus vínculos com as organizações, duas das quais ele era sócio (ABCT e SBAT), em uma tentativa de garantir maior apoio para suas iniciativas.

Os nomes escolhidos para compor o Conselho Consultivo foram Serra Pinto pelo SNT, Francisco Moreno pelo Sindicato dos Atores Teatrais, Augusto de Freitas Lopes Gonçalves pela ABCT, Daniel Rocha pela SBAT, Carlos Angel Lopes pela Associação de Proprietários de Circo e Jayme Costa na qualidade de representante dos empresários teatrais (CALVET, 1951).

Apesar da conquista, parte dos representantes não pareceu satisfeita com os limites de atuação do Conselho. Durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro, ocorrido em julho de 1951 no Rio de Janeiro e que contou com patrocínio do SNT, Lopes Gonçalves propôs a criação do Conselho Nacional de Teatro, semelhante ao Conselho Consultivo, mas dotado de maiores atribuições. Além de interferir na seleção das companhias e grupos subvencionados, o órgão também atuaria na elaboração dos cursos do SNT e na orientação da censura que, na época, estava compreendida entre as atribuições da Polícia (GONÇALVES, 1951: 148).

As primeiras dificuldades enfrentadas por Aldo Calvet em sua relação com o Conselho Consultivo de Teatro logo apareceram. Na ausência das atas das reuniões deste ano, é possível acompanhar parte das discussões por meio de correspondências e dos jornais.

Em setembro, o representante da SBAT, Daniel Rocha, deixou o Conselho após a discordância em relação à distribuição dos auxílios. Para a imprensa, Daniel Rocha disse que o que foi definido pelo Conselho não foi levado em conta pelo diretor do SNT e que vários elencos que não foram selecionados acabaram aparecendo na lista final, enquanto outros foram escolhidos, mas ignorados por Aldo Calvet (ENTREVISTA..., 1951: 6). Em sua explicação ao presidente da SBAT, Aldo Calvet reiterou que as decisões foram tomadas de acordo com as diretrizes do Conselho; , no entanto, Daniel Rocha não retornou ao órgão (OFÍCIO n. 226/51).

Não houve mudança na decisão final e os auxílios foram distribuídos principalmente às companhias profissionais do Rio de Janeiro, incluindo a companhia de um

dos integrantes do Conselho Consultivo, Jayme Costa. Também foram subvencionados grupos de amadores de várias partes do país, grupos de teatro infantil, circos, algumas instituições e concedidas bolsas de estudos, não sendo alteradas as linhas gerais da concessão de subvenções anteriormente praticada pelo órgão.

Além da distribuição de subvenções, neste ano Aldo Calvet realizou iniciativas visando aumentar o alcance das atividades do órgão, com a criação de duas delegacias estaduais, no Rio Grande do Norte e na Bahia, e a publicação de peças de autores brasileiros, que se constituíram como medidas inovadoras, servindo para estimular empreendimentos artísticos fora da capital federal e principal centro teatral do país, bem como valorizar o autor nacional, muitas vezes preterido pelos estrangeiros nesse momento (CALVET, 1951).

Mesmo com a crise provocada pelo seu representante, a SBAT permaneceu no Conselho Consultivo no ano seguinte. Em 1952, foram mantidos Lopes Gonçalves, Francisco Moreno e Carlos Angel Lopes, e nomeados José Guimarães Wanderley pelo SNT, Luiz Iglesias pela recém-criada Associação Brasileira dos Empresários Teatrais (ABET) e Paulo Orlando pela SBAT, logo substituído por Paulo de Magalhães e, em outubro, por Raimundo Magalhães Júnior (CALVET, 1953b).

Para a elaboração de um plano de auxílios para o ano de 1952, Aldo Calvet convocou, em janeiro, junto com o Conselho Consultivo, os membros da Comissão Permanente de Teatro, criada durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro e formada por Lopes Gonçalves, Paulo de Magalhães, Bandeira Duarte, Gustavo Dória, Francisco Moreno, Luiz Iglesias, Geysa Bôscoli, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha e outros. Durante os debates, Calvet enfatizou a necessidade de: “o SNT modificar seu tradicional sistema baseado em subvenções a empresários, condenado pela experiência e opinião unânime das classes teatrais, e aplicar as verbas para os trabalhos do autor, do trabalhador de cena, do empresário e do público.” (ATAS, 18, 22 e 25 fev. 1952). A proposta final do plano visava à transformação na forma de subvenção, com a criação de quatro espécies de auxílio: auxílio-temporada, auxílio-excursão, auxílio-encenação e auxílio-cultural. Os três primeiros seriam destinados às companhias profissionais e o último compreenderia a realização espetáculos infantis gratuitos em lugares públicos, de preferência em bairros afastados e em subúrbios; ajuda financeira a grupos de amadores e estudantes para a montagem de peças de autores brasileiros, especialmente clássicos; a instituição de bolsas de estudos para estudantes de arte dramática residentes nos estados onde não houvesse escolas especializadas; a publicação da Revista *Dionysos*; a publicação e divulgação de peças de autores nacionais, de obras técnicas, etc; e a

assistência técnica, financeira e artística às delegações estaduais do SNT em Salvador e em Natal.

O presidente da República indeferiu o plano, gerando maiores discussões e alguns impasses no Conselho. Mesmo assim, houve a concorrência pelas subvenções com as regras antigas e o resultado saiu em 30 de junho de 1952. Na reunião de 4 de julho do mesmo ano, Francisco Moreno da Casa dos Artistas, levantou dúvidas em relação à concessão de auxílios a companhias que não apresentaram toda a documentação exigida, objeções foram aceitas e encaminhadas, e os processos acabaram sendo aprovados, como revela o relatório de atividades do órgão. Em outra reunião, ainda em julho, Paulo de Magalhães, da SBAT, se opôs aos auxílios às companhias que não respeitassem a portaria n. 447, de 1950, que dispunha que só poderia constituir objeto de auxílio o repertório que apresentasse a maioria de peças de autores nacionais (ATAS, 4 e 16 jul 1952).

Fora do SNT, Jayme Costa, em entrevista ao jornal *A Noite*, criticou as subvenções e propôs que o dinheiro fosse destinado ao pagamento de aluguéis de teatro. Para ele, somente as pessoas que embolsavam a verba é que ganhavam com as subvenções, já que para o público não havia nem o abatimento do preço dos ingressos (COMO DEVE..., 1952: 13). Declarou também que já havia exposto este plano para o presidente Getúlio Vargas, que disse que se Jayme Costa não fosse tão ocupado, o nomearia para o cargo de diretor do SNT. Neste mesmo mês, Jayme Costa defendeu suas ideias em uma mesa-redonda na TV Tupi, que também foi composta por Geysa Bôscoli, Aldo Calvet e Luiz Iglezias (MACHADO, 1952: 6).

Diante da ofensiva de Jayme Costa, alguns nomes saíram em defesa de Aldo Calvet, como Paschoal Carlos Magno, que elogiou a atuação do diretor do SNT em sua coluna no *Correio da Manhã*, (MAGNO, 1952: 1). Outro apoio veio de artistas paulistas durante sua visita a São Paulo (A VISITA..., 1952: 9).

Para além das subvenções, neste ano Aldo Calvet criou uma Comissão de Teatro Infantil destinada à organização de espetáculos em praças públicas, principalmente em bairros proletários, nos patronatos ou instituições congêneres, e para filhos de operários nas fábricas que dispusessem de auditório (BRASIL, 1952: 15079). Ainda em 1952, o SNT começou uma atividade de orientação técnica a grupos amadores de outros estados, para a qual foi designado Otávio Rangel, e de reformulação do Curso Prático, que passou a contar com novos professores, dentre eles, o crítico e representante da ABCT no Conselho Consultivo, Lopes Gonçalves, o autor e ex-conselheiro Daniel Rocha, o crítico Gustavo Dória, e o educador e ex-diretor do SNT Carlos Alberto Nóbrega da Cunha. Com essas medidas, o diretor do SNT tentou implementar algumas das ideias contidas no plano

organizado junto com o Conselho Consultivo e a Comissão Permanente de Teatro no começo do ano.

Em 1953 a grande criação do SNT foi a Companhia Dramática Nacional. A ideia foi apresentada originalmente por Henrique Pongetti no Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro em 1951. No ano seguinte, Aldo Calvet começou a organizar uma companhia e Henrique Pongetti foi convidado para dirigi-la. O nome seria o mesmo dado por ele em sua tese, entretanto, na portaria de criação havia alguns pontos inexistentes no projeto inicial, como a realização de espetáculos com preços populares, com elenco composto somente por artistas nacionais e com o repertório formado totalmente por peças brasileiras (BRASIL, 1953: 156).

Para o trabalho na Companhia Dramática Nacional foram chamados nomes como Sérgio Cardoso, Sônia Oiticica, Nydia Licia, Léo Vilar e alunos do Curso Prático. As peças escolhidas foram *A Falecida*, de Nelson Rodrigues, dirigida por José Maria Monteiro, *A Raposa e as uvas*, de Guilherme Figueiredo, dirigida por Bibi Ferreira e *A canção dentro do pão*, de Raimundo Magalhães Júnior, dirigida por Sérgio Cardoso. Destaca-se nesta seleção a presença de atores vinculados diretamente ao processo de modernização teatral, como era o caso de Sérgio Cardoso e Nydia Licia, que saíram do TBC para integrar a Companhia do SNT, bem como a escolha de uma peça de Nelson Rodrigues, após os sucessos do grupo Os Comediantes e do Teatro Popular de Arte (TPA).

A criação de uma companhia oficial nesses moldes logo despertou novas críticas ao SNT. As primeiras vieram dos próprios membros do Conselho Consultivo de Teatro. Em reunião realizada em fevereiro, Francisco Moreno disse que a seleção dos artistas desagradou a classe teatral. Henrique Pongetti defendeu que a escolha de Sérgio Cardoso expressava a busca pela renovação de valores, fato que gerou a discordância de Moreno, que pediu a demissão do Conselho (ATA, 20 fev. 1953).

Em abril, novos conflitos foram ocasionados por um artigo publicado na imprensa por Geysa Bôscoli, membro do Conselho Consultivo nomeado em março como representante da Associação Brasileira de Empresários Teatrais (ABET), em que mencionava irregularidades no SNT, criticando a pouca participação do Conselho nos assuntos relacionados à Companhia Dramática, e denunciando a concessão de auxílios sem a aprovação deste. Em reunião do Conselho, Aldo Calvet informou que os auxílios foram dados por ordem direta do presidente Getúlio Vargas, como foi o caso da Companhia de Dercy Gonçalves referida por Geysa Bôscoli na matéria (ATA, 8 abr. 1953).

Jayme Costa voltou a investir contra Aldo Calvet, questionando a fundação da Companhia Dramática Nacional por meio de correspondência direta enviada a Getúlio Vargas. A reclamação resultou em um despacho em que o presidente indagou sobre a profissionalização do elenco, sobre a concorrência que a companhia oficial poderia fazer a outros grupos, sobre a finalidade do empreendimento, sobre a grandiosidade do orçamento e, por fim, questionou se um plano de incentivo e subvenção de empresas privadas não atenderia mais aos objetivos visados, aproveitando-se melhor dos recursos disponíveis (VARGAS, 1953).

Aldo Calvet respondeu ao ministro e ao presidente, reiterando que a ideia foi dotar o país de um elenco representativo para encenar a mais elevada dramaturgia e oferecer a autores, atores e ensaiadores brasileiros a oportunidade de aproveitamento de suas qualidades artísticas em um empreendimento oficial, fora das sujeições comerciais e livre das exigências das empresas privadas (OFÍCIO n. 165/53).

Não satisfeito, Jayme Costa enviou outra carta ao presidente da República em nome dos “artistas da velha tarimba de 30 anos [que] sentem-se desagradados dos desmandos do diretor do Serviço Nacional de Teatro”, e criticou Aldo Calvet por empregar seus “amigos da imprensa” como professores no Curso Prático, além de dizer que a verba destinada à Companhia Dramática tinha “caráter de corrupção” (COSTA, 1953).

A polêmica teve repercussão na imprensa e gerou uma campanha de apoio à Companhia Dramática Nacional e a Aldo Calvet. De São Paulo, vários nomes como Cacilda Becker, Zbigniew Ziembinski, Procópio Ferreira, Paulo Autran, Tônia Carrero e Abílio Pereira de Almeida escreveram a Getúlio Vargas em defesa da Companhia Dramática (MICHALSKI; TROTTA, 1982: 77).

O despacho final do presidente veio apenas um pouco antes da estreia da companhia e vale a pena ser transcrito:

O Serviço Nacional de Teatro foi criado para auxiliar as empresas teatrais existentes a incentivar a criação de novas, bem como as excursões de teatro popular pelo país. Não tinha o objetivo de montar teatro luxuoso com verba oficial e sim auxiliar as companhias existentes. O assunto, além do mais, cabia ter vindo a minha consulta antes de terem sido tomadas as providências, que já tornam o empreendimento consumado sem o meu prévio conhecimento ou minha aprovação. (...) defiro a título de experiência (VARGAS, 23 mai. 1953).

Em termos de realização, a Companhia Dramática fez apresentações no Rio de Janeiro e depois excursionou pelas cidades de Niterói (RJ), Juiz de Fora (MG), São Paulo e voltou para o Rio onde fez uma temporada a preços populares (MICHALSKI; TROTTA, 1982: 75).

Ainda em 1953, ocorreu uma medida importante em relação ao Curso Prático de Teatro, que foi transformado em Conservatório Nacional de Teatro, conforme previsto no decreto-lei n. 7.958 de 1945, e defendido na tese *Conservatório Dramático Nacional* apresentada pelo cenógrafo Tomás Santa Rosa e José Carlos Lisboa no Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro. Em julho, Santa Rosa foi designado diretor do órgão, mas de imediato não houve mudanças nos três cursos regulares: Formação de Atores, Cenografia e Coreografia.

Outra novidade no SNT foi o estabelecimento da Comissão de Teatro dos Amadores, com a finalidade de controlar, organizar e incentivar o amadorismo teatral, e que passou a direcionar as iniciativas de orientação de grupos no Rio de Janeiro e em outros estados (BRASIL, 1953: 1360).

Para além das questões relacionadas à Companhia Dramática, outras discussões passaram pela esfera do Conselho Consultivo de Teatro, que passou a integrar representantes do Sindicato dos Atores Teatrais, Cenógrafos e Cenotécnicos do Estado de São Paulo e do Centro do Brasil do Instituto Internacional de Teatro da Unesco. Em março, foram nomeados Daniel Rocha pelo Instituto Internacional de Teatro, Francisco Colman pelo Sindicato de São Paulo, Bandeira Duarte pela SBAT, Geysa Bôscoli pela Associação Brasileira de Empresários Teatrais e Otávio Rangel pelo SNT, permanecendo os outros membros (CALVET, 1954).

Em abril, depois de uma reunião das associações de classe ocorrida na SBAT, os representantes sugeriram a Aldo Calvet pleitear a transformação do Conselho Consultivo em Conselho Nacional de Teatro, com autoridade deliberativa, em conformidade com a proposta apresentada no Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro, numa demonstração clara de que eles queriam uma maior ingerência nas diretrizes do SNT (ATA, 13 abr. 1953).

Embora existisse certo consenso em relação a muitas questões, em junho, Bandeira Duarte da SBAT propôs uma mudança na composição do Conselho, que passaria a ter apenas quatro membros, representantes das entidades diretamente ligadas ao fazer teatral: SBAT, Sindicatos do Rio e de São Paulo e Associação Brasileira de Empresários Teatrais (ATA, 5 jun. 1953). Aldo Calvet discordou da ideia e submeteu-a ao ministro que também se opôs. No relatório de atividades de 1953, o diretor do SNT escreveu que depois da elaboração do plano de auxílio no início do ano, o Conselho não voltou mais a se reunir “em vista de dissidências internas” (CALVET, 1954).

Em novembro deste ano ocorreu, em São Paulo, o Segundo Congresso Brasileiro de Teatro. Uma das principais propostas defendidas foi a de regulamentação do projeto de concessão de auxílios formulado pelo Conselho Consultivo do SNT e pela

Comissão Permanente de Teatro para o ano de 1952, mas que foi indeferida na ocasião pelo presidente da República, demonstrando, mais uma vez, a presença do órgão nas discussões de classe.

Na sessão de encerramento do Congresso, Aldo Calvet falou de todas as suas realizações à frente do SNT, mas não se referiu aos problemas ocorridos no Conselho Consultivo de Teatro, apenas mencionou não saber até aquele momento se havia conseguido “a tão sonhada quão difícil unificação” da classe teatral (CALVET, 1953a: 175).

O ano de 1954 começou com uma nova série de crises. Em janeiro, o presidente da SBAT, Bandeira Duarte, enviou uma carta retirando a entidade do Conselho Consultivo de Teatro “por considerar inútil ao Conselho, uma vez que (...) o Serviço Nacional de Teatro adota, no assunto [distribuição de auxílios], à revelia do nosso representante, critérios com quais não podíamos concordar...” (DUARTE, 7 jan. 1954). Caso semelhante ocorreu com a ABCT, segundo o jornal *A Noite* (O CONSELHO..., 1954: 3).

Em abril, uma nova portaria dispôs sobre o Conselho Consultivo, contudo não foram encontradas as atas deste ano e nem portarias de nomeação de representantes das entidades teatrais.

O Conservatório também foi afetado por diversos problemas, que provocaram a suspensão das aulas teóricas no início do ano e o desentendimento entre os professores e a administração do SNT (BORBA, 1955). A Companhia Dramática Nacional continuou suas atividades, com algumas mudanças no elenco, como a saída de Sérgio Cardoso e Nydia Licia e a entrada de Nathalia Timberg e de Ferreira Maia. As peças desta temporada foram: *Senhora dos Afogados* de Nelson Rodrigues, dirigida por Bibi Ferreira, *As casadas solteiras* de Martins Pena, dirigida por José Maria Monteiro, *A Cidade Assassinada* de Antônio Callado, dirigida por Mário Brasini e *Lampião* de Rachel de Queiroz, dirigida por Bibi Ferreira. A estreia ocorreu em junho e depois do Rio de Janeiro, a Companhia Dramática seguiu em excursão para os estados da atual Região Nordeste. No início de agosto, as atividades foram suspensas, pondo fim à segunda companhia oficial da história do teatro brasileiro (OFÍCIO n. 254/55).

Aldo Calvet deixou o cargo no dia 30 de julho. Para a imprensa, enviou uma carta, publicada nos jornais *A Noite* e *Jornal do Brasil*, na qual explicou que sua saída decorreu da mudança ministerial, e que ele próprio entregou o cargo ao ministro. Também esclareceu, em pormenores, a aplicação do orçamento do SNT na concessão de auxílios, no Conservatório e na Companhia Dramática, rebatendo as críticas que haviam sido levantadas contra ele nesse período (DECLARAÇÕES... 1954).

Analisando sua trajetória como diretor do SNT, fica evidente a busca de apoio político no campo teatral em uma tentativa de incrementar o papel desempenhado pelo órgão na administração pública e, para além das fronteiras burocráticas, colaborar para o desenvolvimento do teatro brasileiro. Apesar de seu empenho em contemporizar com os representantes do tradicional teatro carioca, que assumiram postos no Conselho Consultivo e cargos no Conservatório, e que viram algumas de suas antigas demandas se concretizarem, Aldo Calvet não conseguiu a cooperação para projetos mais ousados, que trouxeram para um primeiro plano um diálogo, ainda que bastante incipiente, com o que havia de mais moderno no panorama teatral brasileiro. Assim, durante sua gestão, o SNT funcionou como um lugar privilegiado para se observar as tensões existentes no campo teatral e até as resistências do modo antigo do fazer e da crítica teatral no Rio de Janeiro, vista especialmente nas oposições de Francisco Moreno e Jayme Costa à Companhia Dramática Nacional.

Mais do que isso, verificou-se uma disputa entre os representantes de classe por um maior poder de representação dentro do Conselho, o que incluiu uma proposta de exclusão de membros de algumas entidades, e o descontentamento generalizado com a forma de distribuição de auxílios, ou seja, com a atividade que levou ao próprio estabelecimento do Conselho, e que ainda padecia dos problemas relacionados às escolhas marcadas pelas preferências pessoais.

Mas, mesmo enfrentando as oposições no campo teatral e os limites de sua ação dentro de um mecanismo governamental, é possível afirmar que durante a gestão de Aldo Calvet o SNT ampliou sua atuação em termos espaciais e diversificou suas iniciativas de uma maneira até então inédita, desempenhando um papel que ainda é pouco conhecido na história das políticas para a cultura daquela época. Muitas das suas obras permaneceram por vários anos, como o Conselho Consultivo de Teatro, que passou a reunir representantes de outras associações do Rio de Janeiro e dos estados de São Paulo e de Pernambuco, e que foi extinto somente em 1964 pela então diretora Bárbara Heliodora.

Referências bibliográficas e fontes

ALDO Calvet – biografia. Disponível em <http://aldocalvet.org/aldo_calvet_biografia.html>. Acesso em 24 set. 2013.

A POSSE do novo diretor do Serviço Nacional de Teatro. In: *Dionysos*, n. 2, ano III. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, junho de 1952, p. 81.

A VISITA do diretor do S.N.T. a S. Paulo. *Correio da Manhã*, 30 ago. 1952, p. 9

BORBA, José César de Andrade. *Relatório de atividades do SNT de 1954*. Serviço Nacional de Teatro (CEDOC/FUNARTE). 7 jan. 1955.

BERNSTEIN, Ana. *A crítica cúmplice: Décio de Almeida Prado e a formação do teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.

BRANDÃO, Tania. *Uma empresa e seus segredos: companhia Maria Della Costa*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Petrobras, 2009.

BRASIL. Portaria n. 19, de 18 de setembro de 1952. [Cria a Comissão de Teatro Infantil]. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 26 set. 1952. Seção 1, p. 15079.

_____. Portaria n. 2, de 19 de janeiro de 1953. [Cria a Comissão de Teatro de Amadores]. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 26 jan. 1953, Seção 1, p. 1360.

_____. Portaria ministerial n. 139, de 10 de março de 1953 [Cria a Companhia Dramática Nacional]. *Lex-Coletânea de Legislação e Jurisprudência: legislação federal e marginália*, São Paulo, p. 156, 1953.

CALVET, Aldo. Discurso de encerramento. Segundo Congresso Brasileiro de Teatro. *Anais*. São Paulo: 1953 (a), p. 175.

_____. *Relatório de atividades do SNT de 1951*. Serviço Nacional de Teatro (CEDOC/FUNARTE). 16 ago. 1951.

_____. *Relatório de atividades do SNT de 1952*. Serviço Nacional de Teatro (CEDOC/FUNARTE). 6 jan. 1953 (b).

_____. *Relatório de atividades do SNT de 1954*. Serviço Nacional de Teatro (CEDOC/FUNARTE). 1 jul 1954.

CAMARGO, Angélica Ricci. *Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

CARTA de personalidades teatrais pedindo a nomeação de Aldo Calvet para o SNT [1951]. In: ALDO Calvet Teatro. Disponível em: http://www.aldocalvet.org/aldo_calvet_SNT_pedido_classe_teatral_Presidente_Vargas_nomeacao_Calvet.html. Acesso em: 09 set. 2013.

COMO DEVE ser amparado o teatro nacional. *A Noite*, 15 jul. 1952, p. 13.

COSTA, Jayme. *Carta para o presidente Getúlio Vargas*. Pasta Companhia Dramática Nacional (CEDOC/FUNARTE). 14 mai. 1953.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

DECLARAÇÕES do Sr. Calvet. *A Noite*, 18 set. 1954, p. 12.

DUARTE, Oto Carlos Bandeira. Carta para o diretor do SNT. Pasta 1, Conselho Consultivo de Teatro. Serviço Nacional de Teatro (CEDOC/FUNARTE). 7 jan. 1954.

ENTREVISTA com o conselheiro Daniel Rocha. *A Noite*, 6 set. 1951, p. 6.

GONÇALVES, Augusto de Freitas Lopes. Conselho Nacional do Teatro. Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro. *Anais*. Rio de Janeiro, p. 148-152, 1951.

_____. *Dicionário Histórico e Literário do Teatro no Brasil*, v. 3. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1979.

LIVRO de atas das sessões do Conselho Consultivo de Teatro do Serviço Nacional de Teatro (CEDOC/FUNARTE).

MACHADO, Ney. Jaime Costa faz nova investida. *A Noite*, 25 jul. 1952, p. 6.

MAGNO, Paschoal Carlos. Campanha de Recuperação do Teatro. *Correio da Manhã*, 16 jul. 1952, p. 1.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICHALSKI, Yan; TROTTA, Rosyane. *Teatro e Estado: As Companhias Oficiais de Teatro no Brasil: história e polêmica*. São Paulo: Editora HUCITEC; IBAC, 1982.

MOSTAÇO, Edelço. Moderno (Teatro). In: GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela (orgs.). *Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo: Perspectiva; Sesc São Paulo, 2006, p. 185-186.

O CONSELHO Consultivo do SNT e a Associação de Críticos. *A Noite*, 16 jan. 1954, p. 3.

OFÍCIO n. 165 [de Aldo Calvet para o ministro da Educação e Cultura]. Pasta Companhia Dramática Nacional (CEDOC/FUNARTE). 14 mai. 1953.

OFÍCIO n. 226 [de Aldo Calvet para o presidente da SBAT, Luís Peixoto]. Conselho Consultivo de Teatro, pasta 1. (CEDOC/FUNARTE). 10 set. 1951.

OFÍCIO n. 254. [de Adonias Aguiar Filho para o ministro da Educação e Cultura]. Pasta Companhia Dramática Nacional (CEDOC/FUNARTE). 17 ago. 1955.

PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PRIMEIRO Congresso Brasileiro de Teatro. *Anais*. Rio de Janeiro: 1951.

SILVA, Armando Sérgio da. *Uma oficina de atores: a Escola de Arte Dramática de Alfredo Mesquita*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume; FAPESP; Itaú Cultural, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEGUNDO Congresso Brasileiro de Teatro. *Anais*. São Paulo: 1953.

SÜSSEKIND, Flora. Crítica a vapor: A crônica teatral brasileira da virada do século. In: _____. *Papéis colados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 57-98, 2002.

VARGAS, Getúlio. Despacho. Pasta Companhia Dramática Nacional (CEDOC/FUNARTE). 1953.

VARGAS, Getúlio. Despacho. Pasta Companhia Dramática Nacional (CEDOC/FUNARTE). 23 mai. 1953.